

PERSPECTIVAS DE LETRAMENTO EM SUJEITOS COM DÉFICIT INTELLECTUAL

Isabelle Cahino Delgado¹

Talita Maria Monteiro Farias de Barbosa²

Ivonaldo Leidson Barbosa Lima³

Wigna Raíssa Leite Matias⁴

Giorvan Ânderson dos Santos Alves⁵

RESUMO: O letramento reflete um estado/posição do sujeito de envolvimento e uso social das práticas de leitura e escrita. Um dos desafios atuais da Educação brasileira é fortalecer o processo de inclusão de sujeitos com necessidades educacionais especiais, como o de pessoas com deficiência intelectual, que se caracteriza como um transtorno neuropsiquiátrico com etiologia diversa, função intelectual abaixo da média e déficits em habilidades adaptativas, como a comunicação e a escolarização. Por isso, esse trabalho objetiva apresentar uma discussão teórica que contempla a perspectiva do letramento junto a sujeitos com deficiência intelectual. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir da análise de artigos, livros, teses e dissertações referentes à temática. Observamos que existem poucos estudos acerca dessa temática, que historicamente as práticas de ensino da leitura e da escrita para essa população se pautava em métodos mecânicos e descontextualizados da linguagem, e que as iniciativas voltadas ao letramento, enquanto fenômeno social heterogêneo, dos sujeitos com déficit intelectual obtiveram resultados significativos no desenvolvimento linguístico e cognitivo dessa população.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento; Déficit Intelectual; Leitura; Escrita

ABSTRACT: Literacy reflects a state/position of the subject of engagement and social use of reading and writing practices. One of the current challenges of brazilian education is to strengthen the process of inclusion of individuals with special educational needs, such as people with intellectual disabilities, which is characterized as a neuropsychiatric disorder with diverse etiology, intellectual function below average and deficits in adaptive skills, as communication and education. Therefore, this work presents a theoretical discussion contemplating the prospect of literacy with the intellectual disabled subjects. For this, a literature search was carried out based on the analysis of articles, books, theses and dissertations related to the theme. We note that there are few studies on this theme, which historically teaching practices of reading and writing for this population was ruled by mechanical methods and decontextualized language, and that initiatives aimed at literacy, while heterogeneous social phenomenon, the deficit with subject intellectual achieved significant results in the linguistic and cognitive development of this population.

KEYWORDS: Literacy; Intellectual Disability; Reading; Writing

¹ Professora do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Doutora em Linguística pela UFPB. fgaisabelle@hotmail.com.

² Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. talita_farias@hotmail.com.br.

³ Metrando em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. ivonaldoleidson@gmail.com.

⁴ Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. wignaaa@hotmail.com.

⁵ Professor do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Doutor em Linguística pela UFPB. anderson_ufpb@yahoo.com.br.

1. Introdução

Desde o nascimento estamos imersos em um meio dotado de linguagem. Essa se manifesta através de variadas modalidades, que conseguem dar forma ao pensamento humano, podendo se apresentar como gestual, oral e escrita. Por linguagem escrita entendemos como uma das formas de mediação linguística que atende às demandas sociais e culturais. Partindo desse pressuposto e da importância que a escrita tem obtido, o termo *letramento* vem ganhando espaço nos últimos anos. Ele é definido por Soares (2004) como o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.

O letramento vai além da habilidade de saber ler ou escrever, sendo a leitura um processo de codificação, no que se refere ao processo de reconhecimento de palavras e de compreensão, processo pelo qual as palavras, sentenças ou textos são interpretados (GOUGH; TUNNER, 1986). Ser letrado é saber fazer uso da leitura e da escrita e saber responder às exigências destas habilidades que a sociedade faz continuamente (SOARES, 2004).

O termo *letramento* se originou de uma versão feita da palavra da língua inglesa *literacy*, fazendo a representação etimológica de estado, condição ou qualidade de ser *literate*, que é definido como educado, relacionado às capacidades de ler e escrever (KERSH; SILVA, 2012). Segundo Soares (2004) *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. O sujeito letrado, então, assume outra posição, outro estado, ele passa a envolver-se nas práticas de leitura e escrita acarretando consequências sociais, políticas, linguísticas e cognitivas.

Neste contexto, pretendemos discutir alguns aspectos do letramento voltado à deficiência intelectual ou, segundo Vasconcelos (2004), retardo mental que é um dos transtornos neuropsiquiátricos mais comuns em crianças e adolescentes. Seu diagnóstico é definido com base em três critérios: início do quadro clínico antes de 18 anos de idade; função intelectual significativamente abaixo da média, demonstrada por um quociente de inteligência (QI) igual ou menor que 70; e deficiência nas habilidades adaptativas em, pelo menos, duas das seguintes áreas: comunicação, autocuidados, habilidades sociais/interpessoais, auto-orientação, rendimento escolar, trabalho, lazer, saúde e segurança.

Almeida (2007) diz que essas limitações provocam uma maior lentidão na aprendizagem e desenvolvimento dessas pessoas e que elas precisam de um maior tempo para aprender a falar, caminhar e adquirir outras competências. É natural que enfrentem dificuldades na escola, no entanto, aprenderão, mas necessitarão de mais tempo e apoio para lograrem sucesso.

Partindo, então, deste pressuposto, entendemos que o sujeito com deficiência intelectual tende a revelar inabilidades na condição de ser letrado, uma vez que suas aptidões cognitivas e linguísticas encontram-se aquém ao esperado para sua idade cronológica. Entendemos, por conseguinte, que esses sujeitos demonstram dificuldades em compreender a função social que a leitura e a escrita indicam, ou seja, para que servem tais habilidades. São sujeitos que demonstram, ainda, dificuldades em compreender ou interpretar o texto lido e, certamente, em se constituírem enquanto autores da própria escrita.

Por esses motivos, o Letramento merece uma atenção especial, ao considerarmos o contexto do deficiente intelectual. Vale salientar que não consideramos, aqui, o Letramento como um fenômeno homogêneo, mas sim, passível de várias influências sociais, uma vez que são várias as manifestações de linguagem a que temos contato no cotidiano e muitas são as possibilidades de expressão.

Temos, como exemplo, o Letramento Digital e o Letramento Escolar como possibilidades ou condições específicas de valorização da escrita, ambas de crucial relevância

para a sociedade. O Letramento, dessa maneira, pode fazer parte do cotidiano social, considerando-se as várias influências linguísticas as quais estamos expostos rotineiramente.

Nesse sentido, esse estudo objetiva apresentar uma discussão teórica que contempla a perspectiva do letramento junto a sujeitos com deficiência intelectual. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos científicos indexados em bases de dados nacionais, de livros, de dissertações e teses sobre a temática pesquisada.

2. Discussão

A aquisição da linguagem é um processo gradativo que requer algumas capacidades da criança e necessita de um ambiente favorável. Essas capacidades são de ordem neurofisiológicas e psicológicas, e são elas: percepção, memória, imitação e motricidade (ALVES et al, 2008).

O desenvolvimento da linguagem ocorre juntamente com o desenvolvimento de outros aspectos, visto que o desenvolvimento humano é síncrono e mútuo. Portanto, enquanto a criança desenvolve sua linguagem, desenvolve paralelamente outros aspectos comportamentais, sociais, motores, sensoriais, cognitivos e anatômicos.

Para que haja um perfeito desenvolvimento da linguagem se faz necessário que as funções envolvidas estejam intactas, isto é, a integridade da inteligência, das funções auditivas e das estruturas responsáveis pela articulação (ALVES et al, 2008). Pessoas com déficit intelectual apresentam um atraso no seu desenvolvimento, dificuldades para aprender, realizar tarefas do dia a dia e interagir com o meio em que vive. Ou seja, existe um comprometimento cognitivo, que acontece antes dos 18 anos, e que prejudica suas habilidades adaptativas.

O curso de desenvolvimento de uma criança, considerada deficiente ou não, ocorrerá conforme as condições culturais e sociais em que ela estiver inserida. Assim, no tocante à criança com deficiência intelectual, a sua condição cultural, em relação dinâmica com os entraves colocados por sua condição especial, será a fonte de seu desenvolvimento. Se o desenvolvimento das funções psicológicas superiores se realiza mediante o uso de ferramentas e se as pessoas com deficiência intelectual apresentam inaptidão para o uso dessas ferramentas, será necessário criar meios auxiliares para elas poderem aprender a utilizá-las, como meio de formar e desenvolver as suas funções psíquicas. Nesse processo, o ensino e a apropriação da linguagem escrita são vias fundamentais de acesso ao mundo cultural, numa mais ampla significação da comunicação, do mundo e de si mesmo. Em suma, os educadores compreenderem a relevância do ensino intencional da linguagem escrita e do processo histórico que a constitui representa uma contribuição fundamental para o processo de humanização das crianças com deficiência (ROSSATO, CONSTANTINO e MELLO, 2013, p.737).

Partindo desse pressuposto, o processo de apropriação da linguagem escrita pode ser visto como veículo para o desenvolvimento cognitivo e social das pessoas com necessidades educacionais especiais, incluindo a deficiência intelectual.

A deficiência intelectual é resultado, quase sempre, de uma alteração no desempenho cerebral. Um dos desafios da área concentra-se no fato de que em 30 a 50% dos casos a causa do déficit é desconhecida. Estas podem ser genéticas, congênitas ou adquiridas. Dentre as

quais as mais conhecidas são: síndrome de Down, síndrome alcoólica fetal, intoxicação por chumbo, síndromes neurocutâneas, síndrome de Rett, síndrome do X-frágil, malformações cerebrais e desnutrição proteico-calórica (TEDDE, 2012).

As dificuldades do amadurecimento da linguagem podem se manifestar de forma diferente entre os sujeitos com déficit intelectual, considerando variáveis como etiologia, apoio recebido e aspectos individuais.

Rangel e Ribas (2011), em seu estudo sobre a linguagem na síndrome de Down, afirma que os sujeitos apresentam defasagem temporal para aparecimento das etapas de aquisição, bem como um déficit de desenvolvimento na composição de cada aspecto formador da linguagem, inclusive na decodificação fonológica, que potencializaria os erros no plano fonético.

Garcia e colaboradores (2007), ao analisarem as habilidades comunicativas em sujeitos com síndrome alcoólica fetal, encontraram comprometimentos significativos, demonstrando falhas na estruturação da narrativa oral, com estruturas simples e prejuízos gramaticais, além de incoerência semântica. Assim, considerando as alterações que ocorrem no amadurecimento da linguagem oral, podemos inferir determinadas consequências no desenvolvimento da linguagem escrita, baseando-se na premissa que o nosso sistema escrito se apoia na oralidade.

Durante muito tempo as pessoas com déficit intelectual foram marginalizadas, taxadas como incapazes, fruto de concepção fundamentada em estereótipo e preconceito. Hoje em dia, apesar de muita coisa já ter mudado, a luta pela verdadeira inclusão continua. Ainda é comum famílias com deficientes intelectuais passarem por situações de preconceito e constrangimentos pela falta de conhecimento da sociedade do que de fato é déficit intelectual, e quais níveis essas pessoas podem atingir.

Mantoan (1997) confirma e estabelece, a partir de constatação empírica, dados que dizem respeito aos aspectos estruturais e funcionais do desempenho cognitivo dos deficientes intelectuais: estes configuram uma condição intelectual análoga a uma construção inacabada, e sua evolução intelectual aparece como similar a de pessoas mais novas. Apesar dessa similaridade, a habilidade de deficientes intelectuais de resolução de situações-problema – ou seja, de colocar em prática de seus instrumentos cognitivos – se mostra inferior a de pessoas com desenvolvimento típico. Apesar de se definir por paradas definitivas e lentidão significativa no processo intelectual, a inteligência deste grupo de pessoas testemunha uma plasticidade ao reagir satisfatoriamente à solicitação adequada do meio.

Podemos notar uma preocupação com a educação e saúde do deficiente intelectual apenas após a Revolução Francesa pelos seus discursos da igualdade, fraternidade e liberdade, quando há uma mudança, pelo menos teórica, a respeito da deficiência, e aparecem as primeiras intenções de tratamento específico e de processo educativo. Luria (1986) afirma que Vygotsky, ao trabalhar com as pessoas com necessidades especiais, concentrou a atenção nas habilidades que essas pessoas tinham, pois entendia que tais habilidades poderiam dar aportes para o desenvolvimento das capacidades de tais indivíduos. Dessa forma, rejeitava as descrições puramente qualitativas no que se referia a “traços psicológicos unidimensionais refletidos de resultados de testes”.

É fundamental organizar propositalmente as condições adequadas de desenvolvimento da pessoa com deficiência, visto que as suas possibilidades de desenvolver-se não são qualidades psíquicas prontas, mas requerem, para a sua formação, as condições correspondentes de educação e ensino. Exige-se, por conseguinte, uma educação intencionalmente organizada, a fim de provocar experiências novas e a formação de novos processos psíquicos, os quais geralmente são

inviabilizados por uma educação estreita, fundamentada em conteúdos isolados e em conceitos e ações limitados a “possíveis” necessidades e capacidades das pessoas com deficiência (ROSSATO, CONSTANTINO e MELLO, 2013, p.740).

Somente a partir de meados do século XX que essa discussão ganha maior espaço. Diversas técnicas e métodos foram sendo pensados para ensinar a leitura e a escrita aos deficientes intelectuais. Educadores e estudiosos lançaram mão de técnicas sensoriais, visuais e auditivas.

Ainda em nossa conjuntura atual, sentimos que esta temática é frágil, pois a escola, a família e a sociedade como um todo têm buscado, incessantemente, o uso de estratégias para beneficiar o desenvolvimento do Letramento de sujeitos com deficiência intelectual, pois entende-se que é uma maneira extremamente favorável de se manter a comunicação do indivíduo com o meio que o cerca. O desenvolvimento do Letramento age como uma via de manifestação de ideias, intenções e habilidades como a leitura e a escrita.

Cárnio e Shimazaki (2011) em seu estudo sobre o histórico da educação especial relatam o primeiro modelo que a escrita foi utilizada de forma contextualizada, com ênfase nos conectores e na relação entre as palavras. Os educadores do ensino especial do Departamento de Saúde e Educação dos Estados Unidos usaram o “*flipchart*” (álbum seriado) para a experiência com a linguagem no ensino de frases, sentenças e parágrafos para jovens reconhecidos como deficientes mentais. Os estudantes apresentavam as suas experiências para o professor que registrava em “*flipchart*”. O resultado do texto relatado pelo aluno e escrito pelo professor era motivador, pois apresentava a própria experiência e o vocabulário dos alunos.

Shimazaki e Pacheco (2001), fundamentados em Vygotsky, desenvolveram uma pesquisa na qual estudaram a formação de conceitos matemáticos com deficiência intelectual. A pesquisa relata que a educação dada nas escolas era desvinculada do cotidiano e que as pessoas, colocadas em situação em que o processo de ensino e aprendizagem parte dos problemas cotidianos, podiam elaborar conceitos científicos. Sendo assim, o aluno que na escola apenas repetia conceitos e atividades de forma mecânica e memoriza sílabas, estava aprendendo coisas que não lhe era real, participando de um processo que parece estar totalmente desvinculado da realidade e do contexto social, deixando a desejar até mesmo o potencial de abstração e reflexão do sujeito.

O processo de aprendizagem da linguagem escrita deve-se dar de forma que seja útil para a vida, ou seja, que os métodos não sejam mecânicos e repetitivos, mas sim tragam à tona questões do cotidiano e de interesse do sujeito, motivando cada vez mais o sujeito a participar e ser autor do seu processo de aprendizagem da escrita. Por isso, enfatiza-se que é preciso criar situações de ensino e aprendizagem em que pessoas com deficiência intelectual elaborem práticas sociais de uso da escrita (CÁRNIO, SHIMAZAKY, 2011). É exatamente nesse contexto que o Letramento traz suas contribuições singulares ao longo do processo de apropriação da escrita pelo sujeito com déficit intelectual.

Assim, Rossato e Constantino (2013) mencionam que a escrita não deve estar presente apenas em pessoas em “idade escolar”, mas deve fazer parte de seu mundo, pela importância desse sistema simbólico e pela promoção de desafios à resolução de problemas cotidianos dessas pessoas.

Alonso e Santarosa (2005), em seu estudo, tratam o letramento sob a esfera da informática. Partindo da concepção que não existe o letramento singular, mas sim, vários modos diferentes pelos quais representamos nossos usos e significados de ler e escrever em diferentes contextos sociais (STREET, 2007). O projeto desenvolvido pelas autoras supracitadas na Universidade Federal de Santa Maria com sujeitos com déficit intelectual

desenvolve atividades envolvendo a conversação oral/escrita, produção de textos, pesquisas e construções coletivas, sempre buscando tratar a escrita em ambientes e contextos reais para os sujeitos, como e-mails para familiares e textos com temas cotidianos. Essas atividades trouxeram resultados no desenvolvimento cognitivo, pois os sujeitos demonstraram usar a linguagem com significação. Também se percebeu evolução no aprendizado da escrita, aumento do prazer pela leitura e compreensão da importância dessas modalidades da linguagem para a inserção na sociedade.

É exatamente com este intuito que o Letramento pode ser um grande aliado na estimulação da linguagem de pessoas com deficiência intelectual, ao favorecer o acesso desses sujeitos ao meio em que vivem e por viabilizar o entendimento do papel social que a leitura e a escrita representam.

As principais pesquisas encontradas focam a discussão do letramento no contexto escolar, mas a própria família pode ser aliada nesse processo. Partindo do pressuposto que crianças com deficiência intelectual precisam de uma estimulação maior que as sem deficiências, e que mesmo antes de ingressarem na escola, elas já têm contato com o mundo da escrita, pode-se dizer que a escrita se faz presente nas diversas expressões no meio em que a criança está inserida, conforme defende Emília Ferreiro e Ana Teberosky, em *Psicogênese da Língua Escrita* (1984).

Desde cedo a criança já acompanha seus pais no supermercado, conhece rótulos, placas, outdoors, vê e reconhece jornais e revistas, presencia cenas de utilização do computador e recebimento de correspondências, dentre tantas outras coisas. Nessa realidade, a criança é exposta desde cedo a inúmeras marcas gráficas e estabelece processos cognitivos que permitem a construção de uma concepção própria da escrita (MELO, 2004).

Smith (1989, p.240) confirma isso, quando diz:

As pesquisas têm oferecido evidências abundantes de que as crianças estão tão imersas na linguagem escrita quanto estão na falada, e respondem a ela com similar inteligência. Não estou me referindo à escola, nem aqueles livros supervalorizados que devem, supostamente, cercar e, de alguma forma, inspirar algumas crianças privilegiadas para a alfabetização. Refiro-me, em vez disso, à riqueza de impressão dependente da situação que pode ser encontrada em cada produto de banheiro, em cada pote ou pacote na cozinha, no guia (e em comerciais) de televisão, gibis, catálogos, panfletos de anúncio... Toda esta impressão é significativa; faz uma diferença. Não prevemos cereal em um pacote rotulado de detergente mais do que prevemos doces em uma loja anunciando lavanderia, ou um concerto em um programa de televisão anunciado como futebol.

Essa afirmação demonstra que não é só a linguagem oral que emerge naturalmente e se dá pela interação entre os sujeitos, como dizem algumas correntes da aquisição da linguagem. A criança inserida em um meio também reconhece e corresponde a linguagem escrita e não necessariamente precisa estar num contexto formal para conhecê-la. Strett (2007) comenta que os processos de letramento não podem ser entendidos simplesmente em termos de escolarização e pedagogia: eles são parte de instituições e concepções sociais mais abrangentes.

Assim, Ferreiro e Teberosky defendem uma criança que pouco a pouco vai criando suas hipóteses sobre a linguagem, faz tentativas de compreender a natureza do que é dito a sua volta e sobre a própria gramática, faz antecipações, o que a torna ativa nesse processo de aquisição da língua, e não como um resultado de uma metodologia. No lugar de uma criança

que recebe pouco a pouco uma linguagem inteiramente fabricada por outros, aparece uma criança que reconstrói por si mesma a linguagem, tomando seletivamente a informação que lhe provê o meio (FERREIRO; TEBEROSKY, 1984).

Melo (2004), em seu estudo com pessoas com déficit intelectual, analisou se o grau de letramento interfere no desempenho da leitura e escrita, fundamentando-se em Ferreiro e Teberosky que relataram que o contato prévio com marcas gráficas facilita e agiliza a aquisição da língua escrita pela criança. Melo declara que esse contato, principalmente funcional dos diversos gêneros textuais, é essencial para que o sujeito faça uma leitura significativa daquele texto, seja ele qual for, e de sua própria vida em sociedade.

Soares (2004) afirma que um indivíduo pode não saber ler ou escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser, de certa forma letrado. Assim, a criança que ainda não se alfabetizou, já folheia livros, finge lê-los, ouve história que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, assim considera-se que essa criança já penetrou no mundo do letramento, já é, de certa forma, letrada.

Partindo desse pressuposto, a proposta do letramento não está só para uma condição de aprimoramento do uso da leitura e escrita, mas como meio do sujeito se relacionar com a escrita. Essas questões são de grande valia para quem convive com indivíduos com deficiência intelectual, tanto no âmbito familiar, escolar ou até mesmo clínico para aqueles que recebem um atendimento mais especializado, pois, se desde mais tenra idade as crianças com alguma deficiência intelectual forem estimuladas e expostas a tais contextos de letramento aqui colocados, ela alcançará níveis mais complexos no seu desenvolvimento, independente de no futuro ter uma escrita fluente ou não. Tendo em vista suas limitações e aspectos afetados, o letramento vem como um motivador para esses sujeitos, como meio de inseri-los nas trocas sociais mediadas pela escrita.

Apesar de o termo *letramento* estar ganhando mais espaço atualmente, podemos dizer que em Bakhtin (1992) encontramos a ideia de uma linguagem escrita ampliada, se contrapondo com a ideia de uma simples decodificação.

Portanto, por trás de cada texto está o sistema da linguagem. A esse sistema correspondem no texto tudo o que é repetido e reproduzido e tudo que pode ser repetido e reproduzido, tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o dado). Concomitantemente, porém, cada texto (como enunciado) é algo individual, único e singular, e nisso reside todo seu sentido (a sua intenção em prol da qual ele foi criado). É aquilo que nele tem relação com a verdade, com a bondade, com a beleza, com a história (BAKHTIN, 1997, p.161).

Bakhtin (1992) propõe a linguagem escrita de forma cultural, que leva em conta o conhecimento de mundo do sujeito, o momento em que escrito e o contexto (fora do texto) é essencial para uma leitura eficaz e completa. O que ele trata como tudo que é repetido, reproduzido, pode ser entendido como os fonemas, sílabas e palavras da língua, deixando claro que essas são repetitivas e o grande salto está em compreender o que no texto é único, individual e singular, o que de fato garante sentido ao texto.

Esse pressuposto nos leva a repensar como a linguagem escrita é tratada para os deficientes intelectuais. Muitas vezes a escola se restringe a ensinar a escrever palavras isoladas, atividades de nível baixo, por não acreditar que podem desenvolver atividades complexas, tirando desses sujeitos a oportunidade de se desenvolver linguisticamente, e ainda pior, levando-os a uma verdadeira exclusão social, já que lhe faltam elementos essenciais para um bom desempenho comunicativo-social. Esse modelo por muitas vezes acaba criando no

sujeito uma aversão à escrita, o que compromete seu conhecimento e leitura de mundo, além de uma perda no desempenho como sujeito comunicativo.

As pessoas com deficiência intelectual são capazes não só de aprender a ler e a escrever, mas de utilizar tais práticas em situações do dia-a-dia, são capazes de elaborar as funções psíquicas superiores, quando é oferecida uma interação de qualidade a elas (CÁRNIO, SHIMAZAKY, 2001).

Vasconcelos (2004) menciona que apesar de uma determinada etiologia da deficiência intelectual não ter cura, isso não impede que seja feito um grande trabalho para com esses sujeitos, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida das crianças acometidas, indicando programas de estimulação precoce, tratando os distúrbios associados e atuando como defensor dos direitos dos pacientes na comunidade. Este trabalho deve ser feito pela relação família-profissionais, seja o médico, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, educadores, psicopedagogos e psicólogos.

3. Considerações finais

A história do deficiente intelectual é marcada por preconceitos e rótulos. Essa condição pouco a pouco vem sendo alterada, devido ao crescimento de estudos e pesquisas com o tema e valorização dos direitos de igualdade. Os avanços ainda são recentes e precisam ser firmados, principalmente por estarmos em momento em que a inclusão está em foco.

A linguagem nos deficientes intelectuais se apresenta alterada e, por vezes, muito aquém do esperado para a idade quando comparado às crianças sem deficiência, o que dificulta seu desenvolvimento global e compreensão das demandas sociais por esses sujeitos. O fato das limitações causadas pela deficiência dificultarem o amadurecimento da linguagem não deve levar a um sentimento de conformação pela família e sociedade. Pelo contrário, ambas têm papéis fundamentais em serem mediadores no processo de desenvolvimento da linguagem, estimulando e promovendo um meio mais adequado possível.

A proposta de letramento abre portas no processo de inclusão desses indivíduos. É preciso, apenas, acreditar na possibilidade de desenvolver a linguagem escrita, e despertar o prazer na leitura e escrita, mesmo estando claras as limitações individuais. Ainda que os resultados alcançados estejam aquém do esperado, todo e qualquer avanço deve ser considerado e comemorado, visto um histórico de sofrimento e inutilidade que esses sujeitos carregam.

Os estudos são animadores para quem lida com sujeitos com déficit intelectual, ou seja, já é possível observar algumas mudanças na concepção sobre as capacidades desses sujeitos quanto à leitura e escrita. A superação dos mesmos prova que vale a pena continuar os esforços em pesquisas e programas que viabilizam as práticas de letramento como condição favorável para o acesso à linguagem escrita em sujeitos com déficit intelectual.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. Instituto Inclusão Brasil. 2007. Disponível em: <http://www.institutoinclusaobrasil.com.br/> Acesso em: 08 Fev. 2013.
- ALONSO, C.; SANTAROSA, L. Letramento de pessoas com necessidades educacionais em ambientes informatizados de aprendizagem. IN: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA. n. VII, 2004. Anais da RIBIE: VII Congresso Iberoamericano de Informática Educativa. Monterrey/México: Universidad de Monterrey,, p. 479-488.

- ALVES, G.; DELGADO, I.; VASCONCELOS, M. O desenvolvimento da linguagem escrita em crianças com Síndrome de Down. *Revista Prolíngua*, João Pessoa, v.1, n.1, p.48-55, 2008.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6.ed. São Paulo:Editora HURITEC, 1992.
- _____. *Estética da criação verbal*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CÁRNIO, M.; SHIMAZAKI, E. Letramento e Alfabetização das pessoas com deficiência intelectual. *Revista Teoria e Prática da Educação*, Maringá, v. 14, n.1, p. 143-151, 2011.
- GARCIA, R.; ROSSI, N.; GIACHETI, C. Perfil de habilidades de comunicação de dois irmãos com a Síndrome Alcoólica Fetal. *Revista CEFAC*, São Paulo, v. 9, n.4, p. 461-468, 2007.
- KERSCH, D.; SILVA, M. Meu modo de falar mudou bastante, as pessoas notaram a diferença em mim: quando o letramento é desenvolvido fora do contexto escolar. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 51, n.2, p. 389-408, 2012.
- MANTOAN, M. *Inclusão Escolar. Pontos e Contra Pontos*. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- MELO, L. De Piaget a Feuerstein: um estudo do letramento e da mediação na educação especial. 87f. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2004.
- RANGEL, D.; RIBAS, L. Características na linguagem na síndrome de Down: implicações para comunicação. *Revista Conhecimento On line*, Novo Hamburgo, v. 3, n.2, p. 1-12, 2011.
- ROSSATO, S. M.; CONSTANTINO, E. P.; MELLO, S. A. O ensino da escrita e o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual. *Psicologia em estudo*, Maringá, v.18, n. 4, 2013.
- SHIMAZAKI, E.; PACHECO, E. Matemática para alunos com Síndrome de Down. *O professor*, v. 1, n.1, p. 23-36, 2001.
- STREET, B. Perspectivas interculturais sobre o letramento. *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v.8, p. 465-488, 2007.
- SMITH, F. *Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- TÉDD, S. 2012. Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão. 99f. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL, São Paulo, 2012.
- VASCONCELOS, M. Retardo mental. *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, v. 80, n.2, p. 71-82, 2004.